

● Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia - Brasil

Simonsen condena estímulo à reativação

por Pedro Cafardo
de São Paulo

Ministro da Fazenda, em 1978, Mário Henrique Simonsen foi ao presidente Ernesto Geisel pedir orientação sobre como deveria manejá-la política econômica num ano eleitoral. "Cuide de sua inflação e de seu balanço de pagamentos que eu cuido das eleições", disse-lhe Geisel.

Mário Simonsen contou essa passagem ontem a uma centena de empresários e executivos reunidos no Maksoud Plaza. O quadro de 1982, porém, não é o mesmo de 1978. Hoje, Simonsen está convencido de que uma das principais tarefas é evitar um "grande estouro" na expansão monetária em 1982, que poderia "ser o resultado das tentações de um ano eleitoral".

OTIMISMO

Abstraiida a variável política, de qualquer forma, Simonsen fez aos participantes do seminário promovido pela RR&CA Desenvolvimento Empresarial um otimista e pormenorizado relato sobre as perspectivas da economia brasileira de 1982. Em síntese, previu que

a economia vai crescer naturalmente de 5 a 6%, sem qualquer estímulo adicional, pela simples reposição de estoques de bens duráveis. Não será, porém, um ano de "vacas gordas" porque a capacidade ociosa da indústria permanecerá praticamente no mesmo nível de 1981. A inflação e o próprio balanço de pagamentos não serão afetados por novos choques externos e a continuidade da tendência declinante dos preços dependerá unicamente da política econômica interna.

Será "muito fácil" conseguir esses resultados em 1982, pela simples razão de que estamos em um período pós-recessão. "Difícil, mas não impossível", na opinião de Simonsen, será conseguir o ambicionado superávit de US\$ 3 bilhões na balança comercial. Isso porque o saldo de US\$ 1,2 bilhão acumulado no ano passado se deveu, em boa parte, à queda de importações provocadas pelo declínio da produção industrial, "um fenômeno que não se repetirá em 1982".

Para chegar ao superávit previsto, segundo Simonsen, um dos caminhos será



Mário Henrique Simonsen

a substituição de importações, tendência com "excepcionais perspectivas" na área do petróleo. Além disso, a obtenção do saldo comercial dependerá diretamente da repetição, em 1982, da política de minidesvalorizações cambiais, essencial para o estímulo às exportações.

CREDIBILIDADE

Membro do Conselho de Administração do Citicorp, o ex-ministro Simonsen fala com desenvoltura sobre a credibilidade externa do País, que teria obtido uma "ampla recuperação" em 1982. Esta, aliás, seria uma

das duas "boas notícias" para o Brasil na área externa — a outra é a esperada estabilidade dos preços do petróleo.

De passagem, porém, Simonsen deixa frases de crítica a "algumas esquisitudes" praticadas pelo ministro Delfim Netto no início de sua gestão no Planejamento: "A credibilidade brasileira, cuidadosamente construída desde 1964, andou sofrendo arranhões em 1980, com o experimento heterodoxo da política do crédito ilimitado para a supersafra e com as prefixações de juros, correção monetária e cambial".

"O retorno à ortodoxia de 1981", de qualquer forma, teria recuperado amplamente a credibilidade brasileira. Segundo Simonsen, o País não terá qualquer dificuldade em conseguir financiadores para os US\$ 15 bilhões de empréstimos externos em moedas. Acha, inclusive, que se deveria captar mais para aumentar as reservas do Banco Central. "O problema", acrescenta, "será conseguir mutuários nacionais para esses montantes, devido às altas taxas de juros."

Mário Simonsen considera "impossível" tomar os juros internos independentes dos externos e lembra que o tabelamento do final de 1979 acabou sendo catastrófico, "como qualquer bom economista poderia prever. Contudo, hoje estamos vivendo uma espécie de tabelamento às avessas: para não afrouxar a demanda de crédito externo, o governo não deixa que as taxas reais de juros caiam abaixo de um certo piso, na faixa de 25 a 30% ao ano".

"São as taxas mais altas desde o tempo de Jesus Cristo", afirmou Simonsen, lembrando uma frase de Helmut Schmidt, e acrescentou que seria oportuno estudar medidas para aliviar as tensões provocadas pelos juros reais. Citou algumas propostas, como o tratamento fiscal diferenciado para pagamento de juros internos e externos, o contingenciamento e o lançamento das empresas estatais no mercado de empréstimos em dólares, com restrição de seu acesso aos financiamentos em cruzeiros. "Ambas apresentam inconvenientes, mas merecem ser estudadas", disse o ex-ministro.

COERÊNCIA
A palestra de Simonsen

árbitro. Um exemplo é a constante briga entre industriais e comerciantes com os banqueiros."

"Incoerência", por exemplo, seria propor medidas que dificultem o fechamento do balanço de pagamentos ou que promovam a expansão monetária muito acima dos limites ideais. Tarefa muito importante na conjuntura atual será evitar um "grande estouro" na expansão monetária. "Teríamos aí muita reativação econômica, o que custaria, para acertar as contas externas, uma nova recessão em 1983. E correríamos o risco de nos transformarmos no país da euforia nos anos pares e da recessão nos anos ímpares."